



**REQUERIMENTO Nº 08/2008
(Sr. Pompeo Mattos)**

Requer a realização de audiência pública, em parceria com o Comitê de Direitos Humanos e Política Externa e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, para tratar sobre o tema: Prioridades do Ministério das Relações Exteriores para a OEA, ONU E Mercosul.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em parceria com o Comitê de Direitos Humanos e Política Externa e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, de audiência pública denominada "Prioridades do Ministério das Relações Exteriores para OEA, ONU e Mercosul". O evento terá o objetivo de se conhecer e avaliar a agenda de atuação do Brasil nos fóruns internacionais de direitos humanos.

Justificativa

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias, ao lado de organizações da sociedade civil e do poder público, integra o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, cuja missão é monitorar a política externa no que ela impacta os direitos humanos. A criação desse fórum, em junho de 2007, abriu espaço para a ação cidadã e reforçou o poder de controle legislativo com vistas ao imperativo constitucional de que o Brasil deve reger-se, nas suas relações internacionais, pela prevalência dos direitos humanos (Art. 4º, II, CF).

A interlocução com as autoridades públicas responsáveis pela política externa é fundamental para o exercício da missão do referido Comitê e para o acompanhamento, por esta Comissão, das políticas públicas sobre direitos



humanos, particularmente em face da rápida inserção do Brasil nos fóruns diplomáticos e processos econômicos internacionais.

Nos últimos meses, dois fatores reforçaram a necessidade de maior atenção da comunidade internacional e da sociedade brasileira para os direitos humanos no País. O primeiro é a Revisão Periódica Universal(RPU) da ONU - novo mecanismo de avaliação dos direitos humanos nos países. O Brasil é um dos primeiros países a se submeter a essa avaliação. O segundo foi a criação da Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, que terá um relatório sobre o Brasil.

Para o sucesso da audiência pública, é importante que participem os principais atores desse processo, dos quais citamos o ministro das Relações Exteriores, o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, representação brasileira na Comissão de Direitos Humanos do Mercosul e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, onde foi apresentado, em fevereiro último, o relatório brasileiro para a RPU.

Sala das Comissões, 13 de março de 2008

Deputado Pompeo de Mattos
PDT/RS